

O PAPEL DO CONSTRUTOR CIVIL EM ARACAJU NO INÍCIO DO SÉCULO XX¹

THE ROLE OF THE CIVIL CONSTRUCTOR IN ARACAJU AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

Alysson Santana Barbosa²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo explorar as questões relacionadas aos descasos enfrentados pelos profissionais da construção civil no início do século XX em Aracaju, que não eram e não são reconhecidos por suas habilidades. Para contextualizar, mencionaremos o caso do construtor paulista Joaquim Pinto de Oliveira (Tebas). Em seguida, abordaremos os desafios enfrentados pelos trabalhadores envolvidos na construção da Fábrica de Tecidos Confiança e um acidente de trabalho envolvendo o construtor Antônio Pedro de Figueiredo em uma determinada construtora, ambos ocorridos em Aracaju. Para isso, utilizamos fontes primárias, como periódicos da época estudada e processos judiciais, que revelam os abusos trabalhistas enfrentados por esses profissionais.

Palavras-chaves: Memória; construtores civis; Aracaju.

Abstract: This study aims to explore the issues related to the neglect faced by construction professionals in the early 20th century in Aracaju, who were not and are not recognized for their skills. To contextualize, we will mention the case of the São Paulo builder Joaquim Pinto de Oliveira (Tebas). Subsequently, we will address the challenges faced by workers involved in the construction of the Confiança Textile Factory and a workplace accident involving the builder Antônio Pedro de Figueiredo at a certain construction site, both occurring in Aracaju. For this purpose, we utilized primary sources such as periodicals from the studied period and legal proceedings, which reveal the labor abuses faced by these professionals.

Keywords: Memory; construction professionals; Aracaju.

¹ O presente artigo é parte da discussão apresentada na dissertação de mestrado do autor, intitulada como *Os construtores anônimos e suas contribuições para a arquitetura aracajuana (1920-1950)*, defendido no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS).

² Arquiteto e urbanista pela Universidade Tiradentes (Unit-SE), mestre em história pelo PROHIS-UFS, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU-UFRN), <http://lattes.cnpq.br/0070018800502272>, <https://orcid.org/0009-0007-5057-6066>, santanaalysson28@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Entre as discussões a respeito do trabalhador braçal presente na construção civil entre as décadas no início do século XX, destaca-se o fato de que ele é muitas vezes visto como mais um construtor com pouca ou nenhuma visibilidade. Embora materializem símbolos que fazem parte de um processo de concretização de lembranças e/ou de acontecimentos históricos importantes, preservando e conservando a memória coletiva de um determinado grupo social, esses labutadores não são reconhecidos pelas obras que edificam.

Este texto em específico é dedicado a pensar, inicialmente, no apagamento desses personagens na historiografia nacional e local, assim como pontuar que em Sergipe esses trabalhadores, em vida, lutaram para serem vistos, reconhecidos e valorizados. Nesse contexto, se faz necessário empregar a abordagem metodológica a respeito da micro-história ao considerarmos os aspectos do cotidiano, a subjetividade e as representações ligadas aos construtores anônimos em Aracaju.

É importante mencionar que alguns desses trabalhadores eram submetidos às relações sociais de poder, nas quais eles não tinham uma noção ou nunca foram apresentados à relevância da materialização arquitetônica como símbolo de memórias. É nesse contexto que citamos o caso do construtor Joaquim Pinto de Oliveira (1721-1811), mais conhecido como Tebas, um ex-excravizado, natural da cidade de São Paulo, responsável por inúmeras contribuições arquitetônicas na capital paulistana, mas que só foi reconhecido como exímio profissional 200 anos após a sua morte, tendo esse fato como um dos exemplos mais amplos do cenário nacional.

Após considerarmos o contexto brasileiro com o exemplo particular de Tebas, entraremos em território sergipano, no qual patrões se aproveitavam da depreciação desses grupos de trabalhadores para os obrigarem a operar por excessivas horas na ampliação do prédio pertencente à Fábrica de Tecidos Confiança, entrando em um processo judicial por iniciativa da classe dos pedreiros e dos marceneiros. Dessa maneira, analisaremos acerca das situações desses profissionais, expostos pelos periódicos sergipanos, chegando ao caso do pedreiro Euclides Ferreira Lima, que se acidentou enquanto exercia suas funções. No que concerne ao debate em questão, iniciaremos nossa discussão lançando mão do discurso que abrange a temática ao tentarmos entender alguns dos inúmeros motivos pelos quais esses grupos marginalizados acabaram sendo boicotados em determinadas ocupações, sobretudo as que eram consideradas destinadas para profissionais de renome em um âmbito nacional.

O DESCASO COM A MÃO DE OBRA BRAÇAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Para entender a necessidade de pesquisar alguns dos trabalhadores da construção civil em Aracaju tidos como anônimos, se faz necessário adentrar as mudanças epistemológicas no campo da pesquisa. O entendimento e a compreensão desses novos objetos destacaram as diferentes relações,

as práticas sociais, a pluralidade e a onipresença não relacionadas somente ao poder, mas aos poderes. Conforme Falcon (2011), a história então passou a focar também nas realidades ilimitadas das astúcias dos poderes em locais pouco conhecidos dos historiadores, como operários, construtores, família, sindicatos etc., em síntese, o cotidiano de cada sujeito e/ou seus respectivos grupos sociais (Falcon, 2011, p. 64).

Em face da história concernente ao anonimato dos construtores em Aracaju, fica evidente a aproximação das configurações e dos processos sociais que abordam a micro-história. A micro-história contribui para “[...] entender a maneira como movimentos ou transformações coletivas são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhe imputa, e sim da parte que cada ator toma neles [...]” (Revel, 2010, p. 440). Com isso, tem-se na micro-história uma posição de saída para o problema da mudança de escala (focando no que por muito tempo foi considerado relatos sem importância) e dos resultados cognitivos que são capazes de serem correlacionados entre si. Dessa forma,

[...] o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento [...]. É o princípio da variação da escala que importa, e não a escolha de uma escala peculiar de observação (Revel, 2010, p. 438).

O uso do termo “escala”, utilizado por Revel (2010), se direciona no que diz respeito ao recorte do acontecimento a ser relatado, sendo ainda considerada a narrativa de pequenos acontecimentos, ou seja, em uma escala menor. Posto isso,

A redução da escala de análise nesta perspectiva não diz respeito à incorporação de objetos que teoricamente só poderiam ser construídos em escalas diminutas do social [...], nem à busca de estabelecer microcosmo exemplares do social. [...] Propõem-se, de fato, as vivências históricas individuais, passíveis de serem parcialmente reconstituídas, como um nível privilegiado de observação para rever e formular novos problemas à explicação histórica, considerando tanto as condicionantes estruturais do comportamento humano da história, como a margem de liberdade e de criatividade [...] (Castro, 2011, p. 48).

Ao mencionarmos esses construtores sergipanos, pode-se perceber que a familiaridade com esses indivíduos vai além da problemática do anonimato, na qual muitas vezes só é possível identificar indícios a partir da proximidade do pesquisador, já que “a tendência a apagar os traços individuais de um objeto é diretamente proporcional à distância emocional do observador” (Ginzburg, 1989, p. 163). Esses trabalhadores podem ser iguais para muitas pessoas que não têm uma ligação direta com a construção civil, todavia, para aqueles que convivem diretamente com essa classe, sabe-se que não o são. Cada um deles tem a sua particularidade e/ou habilidade ao exercer suas funções, além de que muitos deles são destinados a uma área específica na confecção de uma obra. Ginzburg

(2001, p. 87) demonstra que as semelhanças transculturais ajudam a compreender a especificação dos acontecimentos dos quais partiram. O reconhecimento da micro-história evidencia

[...] o retorno da história narrativa, recalcada com novos procedimentos epistemológicos da ciência, ou seja, é uma história-narrativa que tem como fio condutor, como enredo a problemática. Nessas leituras historiográficas, o velho e o novo dialogam, provocando ressurgimento, renovações (Santos, 2009, p. 29-30).

Quando se refere à história de trabalhadores braçais da construção civil em Sergipe, percebemos que esse recorte do objeto está em uma escala microscópica do que seria o real dimensionamento que a construção civil poderia abranger. Compreendemos que explorar o objeto é uma maneira de desvendar uma realidade de uma sociedade para além do próprio protagonista do estudo (Coelho, 2014, p. 3).

Ao mencionar a micro-história, nosso ponto de partida para estudar os construtores anônimos em Aracaju no início do século XX, compreendemos que “não existe mais a história, a grande história, mas somente as múltiplas histórias” (Falcon, 2011, p. 67). Dessa perspectiva, não somente as representações, mas também os feitos sociais são “textos” sujeitos a serem culturalmente interpretados, o que acarreta um interesse do ponto de vista da análise social (Castro, 2011, p. 48).

Por conseguinte, no contexto nacional, no imaginário sobre a formação do que seria o cidadão brasileiro no final do século XIX e no início do século XX, havia inúmeras representações do trabalhador que o destacavam como modelo do que seria um verdadeiro fruto de uma nação. Não obstante, ainda se oscilava entre a desqualificação profissional e a idealização romantizada do ser (Naxara, 1998, p. 24). O trabalho manual era tido como um sinônimo de inferioridade diante de ofícios vistos como nobres, evidenciando as relações da época que buscavam perpetuar a discriminação e a desigualdade que se estabeleciam entre essas pessoas marginalizadas.

Nesse mesmo período, para Dubar (2012), os trabalhos considerados inferiores normalmente eram destinados aos iniciantes, denominados “trabalho sujo”. Já as tarefas de prestígio eram atribuídas à elite, de preferência aos mais velhos, de acordo com a experiência profissional. Logo, determinadas atividades eram excluídas desse último sistema, como trabalhos direcionados à construção civil, os cargos que, evidentemente, eram utilizados e baseados na força braçal para pessoas que faziam o “trabalho pesado” (Dubar, 2012, p. 358).

Teoricamente, embora todos possam conseguir uma identidade profissional no decorrer do seu ofício, na prática isso é dirigido ao trabalhador urbano, possuidor de moradia e do sexo masculino. Existem pessoas que chegam à posição de prestígio transferindo para terceiros o “serviço sujo” e se protegendo por meio de um discurso que as valoriza. Há ainda aqueles trabalhadores que chegam a essas posições por uma série de acasos. Diante da existência da divisão do trabalho atribuído, isto é,

as classes sociais, perdura-se também a discriminação que forma um processo de hierarquização do pertencimento a uma determinada categoria (Dubar, 2012, p. 358-359).

Já a arquiteta e urbanista Puppi (2010) se manifesta a respeito da importância dos trabalhadores da construção civil que foram relevantes na produção da materialização de prédios nacionais idealizados e construídos por esses profissionais, “[...] cujos dados biográficos são muitas vezes desconhecidos” (Puppi, 2010, p. 639). A autora menciona a imigração como uma das maiores contribuições para o desenvolvimento da modernidade por meio da arquitetura e identifica a origem de tais labutadores como vindos da Europa, mais especificamente de Portugal e da Itália. Destaca-se que não era necessário ter uma formação acadêmica para exercer o ofício de arquiteto e/ou engenheiro, todavia era muito comum a presença de profissionais possuidores de estudos superiores que foram divididos em duas categorias, a saber:

A primeira categoria era destinada aos profissionais que tinham curso universitário e cuja capacidade profissional, respeitada pelos poderes competentes, era comprovada pela execução de importantes obras, mesmo executadas em outras localidades; e a segunda categoria era formada pelos que tinham apenas um ano de experiência na atividade (Puppi, 2010, p. 651).

Com isso, percebe-se que os desprovidos de diploma eram submetidos a trabalhos acompanhados de discriminações por não terem formação, mesmo tendo a plena habilidade de exercer inúmeras funções. As exigências por parte dos profissionais que tinham autorização para exercer suas funções eram cobradas de acordo com o seu domínio “[...] de campos disciplinares bastante técnicos, que iam da natureza dos materiais e temas como fundação, estrutura e composição espacial dos edifícios” (Francisco, 2013, p. 28).

Salles (1986) é uma historiadora que desenvolve pesquisas relacionadas ao trabalho no período republicano, em que a mão de obra foi um componente essencial para o desenvolvimento nacional. Em seus estudos, a autora ressalta o preconceito com o trabalhador nacional no período em questão, fazendo uso da imigração de europeus como forma de embranquecimento étnico-racial, com o objetivo “enobrecedor”, uma vez que almejavam os ideais da modernidade europeia, acreditando que dessa forma o “[...] trabalho adquire os qualificativos de construtor do progresso, logo da riqueza” (Salles, 1986, p. 130), desprezando quase que totalmente os trabalhadores que já habitavam o território nacional.

Tratando-se da ideologia da identidade nacional, o negro era visto como classe social, mas de uma forma inferiorizada. Tomava-se desses homens e dessas mulheres a capacidade de empenhar as suas consciências políticas diferentes das impostas pela sociedade tida como elitizada no período em questão (Chauí, 2001, p. 14). Mesmo havendo uma grande quantidade de labutadores nacionais, a

utilização deles ainda era muito reduzida, sendo substituídos por mãos brancas em ocupações de funções de maior destaque e privilégio, enquanto os demais permaneciam em atividades subalternas.

Perante o exposto, é possível entender que as relações sociais são formadas por conexões claras de poder, inclusive de dominância (Bourdieu, 1989, p. 11). A título de exemplo, podemos mencionar as contratações de trabalhadores braçais da construção civil, entre eles construtores, pedreiros, pintores, carpinteiros e até mesmo projetistas que colaboraram com sua mão de obra, mas que, de certo modo, alguns deles não têm a real dimensão da sua relevância ao materializarem arquitetonicamente símbolos de memória, poder e afetividade. Young (2018) se atenta às provações a que determinados construtores se submetem ou se submeteram para ter o devido reconhecimento em seu ofício junto aos seus parceiros de profissão. Em detrimento a essa busca constante por provação, o crédito é transferido aos profissionais de renome, chefes, governantes ou qualquer personagem que tenha um papel visto no meio social como superior (Young, 2018, p. 92).

Segundo Geraldine Júnior (2018), um dos casos mais recentes de reconhecimento do trabalho de um construtor foi o de Joaquim Pinto de Oliveira (1721-1811), mais conhecido como Tebas, um ex-escravizado paulista autor de obras públicas importantes para o desenvolvimento da sua cidade natal, onde viveu no período colonial, que só obteve seu reconhecimento mais de 200 anos após a sua morte (Geraldine Júnior, 2018, p. 4). Por esse motivo, Chiaretti (2018) chama atenção para a importância desses profissionais na produção urbana e arquitetônica, pois muitos “Tebas” ainda permanecem invisibilizados perante a sociedade desde a escravidão. Embora muitos não participem ou não estejam enquadrados nas regras e normas determinadas pela profissão, esses “[...] pedreiros, serventes, encanadores, eletricitas [...] e muitos outros – [...] permanecem esquecidos tanto nos patrimônios arquitetônicos tombados como no debate da produção urbana” (Chiaretti, 2018, p. 123).

Supostamente não sendo diplomado, Tebas foi homenageado como um arquiteto construtor em 1974 pela Escola de Samba Paulistano da Glória, com o samba-enredo *Praça de Sé, sua lenda, seu passado, seu presente*. A Escola tinha o objetivo de enaltecer trabalhadores civis que dedicaram suas vidas ao trabalho braçal por intermédio de suas habilidades adquiridas no decorrer da vida. O samba-enredo da Escola de Samba é de autoria do compositor Geraldo Filme (1974), no qual desvenda alguns aspectos do construtor:

TEBAS O ESCRAVO

Tébas Negro escravo
Profissão alvenaria
Construiu a Velha Sé
Em troca pela Carta de Alforria
Trinta mil cruzados que lhe deu Padre Justino

Tornou o seu sonho realidade
Dai surgiu e Velha Sé
Que hoje é o Marco Zero da cidade
Exalto no cantos de minha gente
A sua lenda seu passado seu presente

Praça que nasceu do Ideal
E braço escravo e Praça do Povo
Velho Relógio encontro dos namorados
Me lembro ainda do bondinho de tostão
Engraxate batendo a lata de graxa
E camelô fazendo pregão
O Tira Teima dos Sambistas do passado
Bixiga, Barra Funda e Lavapés

O jogo da Tiririca era formado
O ruim caia, o bom ficava de pé *Bis*
No meu São Paulo ole lê era moda
Vamos na Sé que hoje tem Samba de Roda
(Filme, 1974, n.p.).

O breve resumo bibliográfico da vida de Tebas presente na letra de Geraldo Filme exprime a importância de um construtor submetido ao sistema de escravidão e obrigado a se render ao trabalho forçado em troca da sua alforria. Tebas não é só reconhecido pela construção da Igreja da Sé (Ilustração 1), como está ressaltado na música, mas também como o construtor do Chafariz da Misericórdia, “[...] que ficava no ainda hoje chamado Largo da Misericórdia, no cruzamento entre as ruas Direita, Quintino Bocaiúva e Alvares Penteados” (Ferreira, 2018, p. 23), e da Igreja da Ordem 3ª do Carmo, localizada na “[...] atual Avenida Rangel Pestana” (Ferreira, 2018, p. 29).

Apesar de Joaquim Pinto de Oliveira ser residente da cidade de São Paulo, esse exemplo foi mencionado principalmente pelo fato de ele ser referência na materialização de edificações importantes, embora apenas em 2018 tenha sido reconhecido pelas suas obras edificadas por meio do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de São Paulo (Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de São Paulo, 2021, n.p.). Dito isso, o seu apelido “Tebas” não foi escolhido por acaso. Segundo Toledo (2003), Tebas era considerado um pedreiro exímio e desenvolvido, mas, até meados do século XX, seu nome era sinônimo de habilidoso. Então, quando se falava “Fulano é um Tebas”, o termo era considerado algo positivo. Alguns ainda atribuem a origem do nome ao idioma quimbundo³, e não a Joaquim Pinto de Oliveira. Ainda assim, “[...] o simples fato de outros o atribuírem ao artesão paulista já é indicativo de sua reputação” (Toledo, 2003, p. 236).

³ “Quimbundo é a segunda língua mais falada em Angola [...]” (Xavier, 2010, p. 2).

Ilustração 1 – Matriz da Sé construída na cidade de São Paulo por Joaquim Pinto de Oliveira, Tebas, no século XIX



Fonte: Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, década de 1860 (Ferreira, 2018, p. 8).

Dialogando com a falta de reconhecimento de Tebas diante de seus trabalhos prestados como construtor no território paulistano em um período de 200 anos, Jacino (2018), historiador dedicado ao mercado de trabalho negro, explorou as questões que fizeram com que profissionais como Tebas fossem esquecidos ao longo da historiografia nacional, inclusive no que diz respeito à construção civil. Ele ressalta que a desumanização é uma estratégia para a dominação do outro. Posto isso, o trabalhador negro foi se tornando um incômodo para a sociedade elitizada, acreditando na

[...] necessidade de disciplinar a cidade, conquistar a “ordem” que traria o “progresso”, pensamento que já seduzia parte da elite culta da cidade, contribuiu para que esta, através de suas representações políticas elaborasse leis e praticasse ações governamentais no sentido de excluir os não brancos do trabalho e de certos espaços da urbe (Jacino, 2018, p. 113).

Holanda (1995) nos apresenta uma outra possível resposta para o não reconhecimento desses trabalhadores em sua obra intitulada *Raízes do Brasil*. O historiador e sociólogo traz um parâmetro da origem da formação do povo brasileiro, inclusive a relação do trabalhador nacional com o trabalho. Ele destaca que, apesar de remota, essa relação jamais foi naturalizada entre portugueses e espanhóis, uma vez que

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação (Holanda, 1995, p. 38).

Desse modo, como legado deixado pelos portugueses, a atividade manual e mecânica é menos valorizada na sociedade nacional. Essa desvalorização era atribuída ao escravizado, que “[...] que continuava a ser mão-de-obra para a construção, como para o funcionamento das casas, desprovidas ainda mesmo de serviços de água e esgoto” (Reis Filho, 2019, p. 114).

Seguindo o mesmo raciocínio, o antropólogo DaMatta (1986) enfatiza que o trabalho braçal é visto na nossa cultura como uma forma de castigo, fruto de uma herança vinda da Roma Antiga, uma vez que o trabalho era utilizado como forma de tortura. Desse modo, “[...] não temos a glorificação do trabalhador, nem a idéia de que a rua e o trabalho são locais onde se pode honestamente enriquecer e ganhar dignidade” (DaMatta, 1986, p. 22). Por esse motivo, é possível perceber, por meio da divisão do trabalho, a distinção de “prestadores de serviços braçais” caso sejam comparados a outras categorias, sendo necessário ponderar que no início do século XX

[...] a desvalorização de certas ocupações não ocorria apenas por causa do tipo de serviço considerado pesado, grosseiro, sujo e mal remunerado. possivelmente havia uma estreita relação entre as pessoas que costumeiramente os exerciam, geralmente apontadas como brutas, feias, preguiçosas, ignorantes, possuindo uma maneira de viver bárbara, expressa por suas vestimentas e comportamentos, assim como pela desqualificação dessas atividades. Em outras palavras, se as pessoas eram julgadas pelas ocupações que possuíam, o inverso também ocorria: as ocupações eram qualificadas pelas pessoas que as desempenhavam (Santos, 2017, p. 163).

Com base nesse pensamento da época em questão, ficam perceptíveis os interesses que cercam os contratantes no mercado de trabalho, em que não bastava ser qualificado para o serviço, era preciso estar munido de um código de postura muitas vezes estabelecido conforme o que lhes convinha, com a justificativa de destinarem essas vagas específicas para aqueles que estavam de acordo com os valores da burguesia nacional, segundo seus modos, aparências e composturas (Francisco, 2013, p. 48). Citando casos análogos, podemos mencionar a supervalorização de alguns trabalhadores em relação a outros. Em uma conjuntura que permeia o final do século XIX e o início do XX, os cargos tidos como nobres são ligados a engenheiros e arquitetos, mas nunca a pedreiros, serventes e carpinteiros, e essa discriminação era uma das estratégias que faziam com que determinadas pessoas ocupassem espaços mais dinâmicos da economia nacional. Para Le Goff (2019, p. 426), lembrar essas pessoas que por inúmeros motivos acabaram sendo esquecidas, mesmo com suas importantes contribuições para a sociedade, é “[...] ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato [...]”.

Ainda conforme Le Goff, em sua obra intitulada *História & Memória*, até mesmo esses profissionais que não tinham uma posição de destaque na sociedade e que se utilizavam da habilidade manual e da força braçal no final do século XIX não paravam de trabalhar nem mesmo aos finais de semana, enfatizando que

[...] não são interrompidos os trabalhos que se fazem sobretudo ao ar livre, tais como o cultivo de terras, os trabalhos de pedreiro, a carpintaria, a fiação de lã e outros; há uma espécie de solidariedade para proteger os transgressores à lei e para subtraí-los à minha vigilância (Le Goff, 2019, p. 449).

Com essa afirmação, compreende-se que a classe trabalhadora era submetida a determinadas obrigações a depender das suas ocupações. Destacam-se as profissões de pedreiro e carpinteiro, ambas diretamente ligadas à construção civil. Muitos dos empregadores que os contratavam não se importavam com a carga horária de trabalho. Percebe-se ainda que tal trecho está diretamente relacionada aos trabalhadores do estado de Sergipe nos últimos anos do século XIX e início do século XX.

O TRABALHADOR CONSTRUTOR EM ARACAJU NO INÍCIO DO SÉCULO XX

As discussões envolvendo os dias da semana em que essas pessoas deveriam exercer suas funções também foram questionadas pela classe trabalhadora em Aracaju, além da exaustiva carga horária, que em alguns casos ultrapassava 12 horas diárias. Era sugerido ainda que também operassem aos domingos (O Operario, 08/03/1896, p. 1). Ao empregarem o termo “sugerido”, os patrões, na verdade, o utilizavam como uma forma de encobrir a obrigatoriedade dos dias a serem atribuídos em busca de lucros e produtividade. O periódico aracajuano *O Operario* emitiu uma nota dirigida aos trabalhadores da construção civil na qual os alertavam ao chamar a

[...] atenção dos srs. Artistas marceneiros, cerralheiros [e] pedreiros, [...] no sentido de evitarem a reprodução de tais abusos que bem podem trazer o desequilíbrio completo das classes laboristas [...]. Por ora nos limitamos a fazer considerações sobre o caso de que qualquer forma é gravíssimo, esperando não termos ocasião de narrar destas colunas acontecimentos que nos encham de verdadeira e eterna mágoa (O Operario, 08/03/1896, p. 1).

Na edição seguinte, o jornal *O Operario* expõe os abusos dos patrões sobre os empregados no dia 8 de março de 1896. Com destaque na primeira página, é expressada a confirmação de inúmeras irregularidades durante a corrida semana após denúncias, descobertas através de representantes de diversas classes. Defensores de direitos trabalhistas sustentavam suas convicções em honrar os trabalhadores, independentemente de serem autônomos ou não, mesmo que alguns desses pedreiros concordassem em exercer suas funções nos dias estabelecidos, cientes das situações apresentadas.

Sendo assim, esse conjunto de ações fazia com que a qualidade final dos seus produtos se tornasse inferior pelos:

[...] marceneiros, pedreiros, carapinas e cerralheiros, se igual acontecimento se desenrolar em o seio de suas nobres artes. Nestas condições todos estão acima encomios. [...] temos sido demasiadamente condescendentes com alguns dos nossos collegas que por má fé ou ignorancia não teem comprehendido e não querem absolutamente comprehender qual a responsabilidade que tem o artista perante a sociedade (O Operario, 13/03/1896, p. 1).

Em meio a uma narrativa em que o centro da discussão eram os construtores sergipanos, é importante salientar a presença dessas pessoas em construções prediais de indústrias, nas quais os próprios funcionários se associavam com esses pedreiros para reivindicar seus direitos já na década de 1920 em Aracaju. A título de exemplo, podemos mencionar um estabelecimento destinado à produção têxtil, a Fábrica Confiança, criada em 1918 (Ilustração 2), atendendo também pelo nome de Chaves & Cia (Santos, 2009, p. 76). Como a Fábrica Confiança era uma indústria de grande porte e de estimada referência sergipana, suas obras sempre eram contínuas, principalmente para sua expansão. Três anos após sua inauguração e ainda em obras para a ampliação, o *Voz do Operário* publica em suas páginas informando a nomeação de

[...] uma comissão de três membros para ir-se entender com o sr. Sabino Ribeiro, chefe da firma Ribeiro Chaves, proprietário da Fábrica Confiança, no sentido de ser reduzido o horario dos pedreiros e carpinteiros, empregados nos serviços de construção da mesma Fábrica (Voz do Operario, 09/1921, p. 2).

Após essa nomeação, foi realizada a sessão de Assembleia Geral Extraordinária para poder ser tomado um posicionamento sobre os 154 associados diante da redução da jornada de trabalho. Devido à negativa resposta da Fábrica Confiança,

[...] o companheiro presidente convidou a classe dos pedreiros e carpinteiros, sócios ou não, a se reunirem na sede social na noite do dia 5 [de setembro], o que efetivamente se realizou. Nesta ocasião ficou resolvido convidar-se os operários empregados nas construções do sr. Sabino a abandonarem os serviços, bem como ninguém mais aceitar chamados a não ser que o dito sr. resolvesse reduzir as horas de trabalho. Neste sentido foi distribuído boletim largamente em toda cidade e remetido outro tanto para o interior do Estado, passando-se também telegramas para diversos lugares (Voz do Operario, 09/1921, p. 2).

A sugestão de abandonarem momentaneamente as obras da Fábrica Confiança não foi aderida em sua totalidade, mas José Félix dos Reis e o seu grupo de carpinteiros decidiram abandonar os serviços temporariamente prestados ao Sr. Sabino, em solidariedade à classe, o que não foi feito por todos os pedreiros, mesmo depois de apelos, boletins e até mesmo após terem verbalmente se dirigido a eles, motivando-os para conflitos entre outros trabalhadores. No dia 11 de setembro, foi explicado o prosseguimento da questão, inclusive a relação dos proprietários da fábrica que continuavam relutantes com a situação de seus trabalhadores (Voz do Operario, 09/1921, p. 2).

Ilustração 2 – Entrada de funcionários na Fábrica Confiança, Bairro Industrial - Aracaju

Fonte: Acervo Memorial de Sergipe – Universidade Tiradentes.

Como não houve um acordo entre as partes, e tomando uma proporção ainda maior, o caso foi dirigido ao Presidente do Estado de Sergipe, Pereira Lobo, após o recebimento de representantes comerciantes e industriais, acompanhados de supostos memoriais que expunham os prejuízos previstos em decorrência de uma redução da jornada de trabalho. Por fim, foi estabelecida uma carga horária de “[...] 8 horas para os pedreiros e carpinteiros e classes congêneres, 9 horas de trabalhos fabris da capital e adoção da semana inglesa para as fábricas de tecido do interior do Estado” (Voz do Operário, 10/1921, p. 2). A partir da iniciativa de construtores civis marginalizados, outras profissões também acabaram sendo beneficiadas.

Assim como os trabalhadores braçais nacionais sofriam desventuras no momento de exercerem suas funções, em território sergipano não era diferente. Havia um abuso de autoridade dos patrões sobre seus empregados no período que permeava o final do século XIX e os primeiros anos do XX, exclusivamente pela busca de maiores lucros. Essas imprudências tiveram, inicialmente, mais destaque entre os trabalhadores da classe operária industrial, mas logo depois foram sendo evidenciadas também entre pedreiros e outros prestadores de serviços vinculados à construção civil.

Dentre as publicações analisadas, alguns artigos se referiam a acidentes ou a doenças ocasionadas pelo trabalho de uma forma geral, mas só foi encontrada uma única matéria direcionada ao falecimento de um pedreiro em uma nota emitida pelo Sindicato de Construção Civil de Sergipe.

Na nota era informado o falecimento de Paulino Araujo após meses de sofrimento, resultante de uma enfermidade não mencionada. O *Voz do Operario* homenageou o pedreiro expondo o quão importante foi a sua luta em prol dos direitos trabalhistas da classe operária ao exercer várias funções no antigo Sindicato de Pedreiros, alterado posteriormente para Sindicato de Construção Civil. É apresentado também que o seu “[...] enterramento effectuado no semiterio dos Cambuis, foi muitissimo concorrido pelos seus amigos e companheiros de classe. O extinto deixou na orfandade numerosa prole” (Voz do Operario, 24/08/1935, p. 3).

Em meio às documentações presentes no Arquivo Judiciário do TJSE, foi encontrado apenas um caso de acidente de trabalho envolvendo um construtor na cidade de Aracaju em 1952, apesar de o processo se iniciar apenas em fevereiro de 1953. A vítima foi o operário Euclides Ferreira Lima. Vale ressaltar que, embora o acidente tenha ocorrido nas proximidades de Aracaju, todo o desenrolar do processo foi realizado na Comarca de Simão Dias, cidade localizada no interior de Sergipe, devido ao local onde a vítima residia e à localização da Construtora Mauritan Ltda, empresa pela qual Euclides fora contratado na função de empreiteiro.

Na ação de indenização por acidente de trabalho, o empreiteiro trabalhava na empresa desde 8 de agosto de 1951, conforme descrito em sua carteira profissional de trabalho, sendo Euclides, no dia 23 de maio de 1952, vítima de uma explosão:

[...] de uma carga de dinamite, destinada a desagregação de rocha, perdendo em consequencia tres dedos da mão direita e mais duas falanges do dedo medio e uma falange do dedo indicadorm e alem disso, ficou cego de um dos olhos e com a visão prejuducada no outro, sendo aquele o esquerdo e este o direito (Sergipe, 1953, p. 2).

Após o ocorrido, Euclides foi imediatamente conduzido ao Hospital Cirurgia na cidade de Aracaju, onde foi atendido pelo Dr. Francisco Bragança de Azevedo. A vítima passou por operações e só recebeu alta após 34 dias de internamento, com graves sequelas e completamente deformado (Sergipe, 1953, p. 2). Após a sua saída do hospital, passou nove dias em sua residência e, como não houve melhora no seu quadro de saúde, foi obrigado a se internar novamente, agora no hospital de Simão Dias, onde passou mais um mês até novamente receber alta para completar seu tratamento na própria casa. Desde a sua saída do hospital até a data do processo, Euclides se encontrava “[...] suplicante inutilizado, sem poder trabalhar e sem ter recebido qualquer idemnização [...]” (Sergipe, 1953, p. 3).

O trabalhador recebia diariamente Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), além de uma comissão que lhe era paga a título de ganho de produção, o que totalizava semanalmente uma média de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros). Em face do exposto, o pedido de indenização era uma média de salário recebido pelo empreiteiro conforme as leis trabalhistas da época e “[...] ao competente exame medico, para apuração da extensão da lesão de que a vitima e sua classificação, para o fim de ser procedido o calculo da indemnização respectiva” (Sergipe, 1953, p. 3).

Anexado ao processo, o laudo médico dava mais informações a respeito do próprio Euclides Ferreira Lima, revelando detalhes da sua vida, como a idade no momento do acidente, constando 34 anos, cor parda, estatura média, casado, sua profissão como pedreiro e o fato de ser filho de João Ferreira de Melo a de Maria Severina de Lima. O laudo médico realizado pelo Dr. Manoel Salustino Neto e pelo Dr. Manoel Santos Aguiar, ambos nomeados como peritos, relatavam o seguinte:

Em Euclides Ferreira de Lima [...], verificamos que a mão direita do paciente só possui a primeira falange do dedo medio e a falange e falanginha do indicador, tendo sido ao demais mutilados. Ainda feito o exame visual do referido paciente, constamo a perda total do olho esquerdo. Desse modo, passamos a responder aos quisitos que nos foram apresentados pelo Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca e que vão a este juntos, pelo modo seguinte: Ao primeiro – SIM, de acordo com o que dissemos acima. – Ao segundo – NÃO. – Ao terceiro – A cura do acidentado não se pode dar no sentido mecanico de vez que perdeu os dedos da mão e o olho está tambem irremediavelmente sem função. – Ao quarto – O paciente poderá voltar a um trabalho condizente com a sua condição de mutilado. – Ao quinto – SIM – de acordo com o que ficou dito acima. – Ao sexto – Incapacidade permanente total do olho direito e parcial da mão esquerda. – Ao setimo – NÃO – Ao oitavo – SIM -. E por nada mais ter sido visto, nem mais termos a declarar, damos por findo este exame do que lavramos o presente laudo que assinamo e será apresentado em Juizo para os devidos fins (Sergipe, 1953, p. 17).

Após a análise do laudo médico, foi firmado um termo de acordo entre as partes, favorecendo a vítima. Segundo esclarecimento do próprio juiz da Comarca de Simão Dias, proferido no dia 20 de março de 1953, se fazia presente na sala de audiência Euclides Ferreira Lima, juntamente com o seu advogado, José Laurindo Cerqueira, e o representante legal da Construtora Mauritan Ltda, o advogado Manoel Pontes Fauajuara. Posto isso, ficou acertado que a Construtora pagaria uma quantia de Cr\$ 15:050,00 (quinze mil e cinquenta cruzeiros), da qual foi abatido o valor de Cr\$ 3:600,00 (três mil e seiscentos cruzeiros) para pagamento de honorários de advogados, ficando para o acidentado a importância líquida de Cr\$ 11:450,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta cruzeiros). Tais quantias deveriam ser entregues no prazo de dez dias a contar da data da audiência, e o pagamento deveria ser realizado em espécie (Sergipe, 1953, p. 19).

A empresa foi obrigada ainda a pagar Cr\$ 1:500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) para suprir os gastos feitos anteriormente por Euclides, como uma forma de complementar o valor anterior. Caso

a vítima precisasse de uma maior quantia para tratamento médico, a Construtora teria de arcar com as despesas.

Ao levarmos em consideração os casos de Joaquim Pinto de Oliveira (Tebas), de Euclides Ferreira Lima e de outros tantos personagens que ficaram por muitos anos à margem do esquecimento, podemos constatar que essas narrativas vão de encontro à historiografia, que, por muito tempo, se entrelaçava ao poder e, por conseguinte, voltava os olhares para os grandes acontecimentos e as grandes conquistas, apresentando com frequência a presença de pessoas com um maior destaque (Falcon, 2011, p. 57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de identificar as possíveis razões pelas quais esses importantes trabalhadores nunca foram lembrados e/ou acabaram caindo no esquecimento, nos deparamos com o fato de que somente os acontecimentos tidos como grandes eram registrados. Estes, por sua vez, estão intimamente entrelaçados com uma certa relação de poder que não dava espaço para as situações ligadas às relações sociais do cotidiano, além de negarem as diferentes formas de preservar e conservar a memória coletiva de determinados grupos sociais, como o caso de alguns construtores civis e suas respectivas obras edificadas em Aracaju no início do século passado.

Fica evidente a importância de a historiografia lançar luz ao cotidiano do indivíduo e/ou de grupos sociais, sejam eles trabalhadores braçais ligados à construção civil, que, apesar da sua indispensabilidade, foram omitidos pelo tempo, ou até mesmo pequenas fatalidades sofridas por esses sujeitos durante a realização de suas funções. A divisão do trabalho em si foi um fator importante para esclarecer como determinadas pessoas exerciam funções consideradas inferiores às demais, já que esses profissionais, principalmente os iniciantes, eram dirigidos às ocupações denominadas como “trabalho sujo”, e as tarefas de prestígio eram atribuídas majoritariamente às pessoas com poder aquisitivo.

Em frente a um dos exemplos mais notáveis nacionalmente, o caso do pedreiro Joaquim Pinto de Oliveira, também conhecido como Tebas, reforça o que foi apontado até aqui, pois trata de um personagem que viveu sob o trabalho árduo para contribuir com a materialização patrimonial arquitetônica na cidade de São Paulo. Por muitos anos Tebas era visto apenas como um mero construtor, e foi preciso se passar mais de 200 anos após a sua morte para ser reconhecido como um respeitável materializador de símbolos de memória e poder social, fazendo com que o seu legado o libertasse do esquecimento.

No contexto local, foi possível perceber que essa supervalorização de determinadas profissões também se fazia presente em Aracaju. No início da década de 1920, houve algumas tentativas de

greve envolvendo trabalhadores braçais que faziam parte do quadro de empregados na ampliação da Fábrica Confiança. O embate entre esses construtores e os empregadores não era exclusivamente pela busca de reconhecimento, mas também pelas mínimas condições de trabalho. Em resumo, são apenas sujeitos anônimos que a literatura acadêmica brasileira por muito tempo não fez esforço para se lembrar deles.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro, Difel, 1989.

CASTRO, Hebe. História e social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 41-54.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHIARETTI, Maurílio Ribeiro. O Exemplo de Tebas e a Necessária Revisão da Profissão de Arquiteto e Urbanista. *In*: FERREIRA, Abilio (Org.). **Tebas**: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata. São Paulo: IDEA, 2018. p. 122-127.

COELHO, Ana Luíza F. O paradigma indiciário como metodologia para estudos historiográficos. *In*: Fórum Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão, 2014, Montes Claros, MG. **Anais eletrônicos** [...]. Montes Claros, MG: Unimontes, 2014. Disponível em: http://www.fepeg2014.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_pdf_anais/o_paradigma_indiciario_como_metodologia_para_estudos_historiograficos.pdf. Acesso em: 23 maio 2023.

DAMATTA, Roberto Augusto. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FALCON, Francisco. História e Poder. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55-82.

DUBAR, Claude. A Construção de si pela Atividade de Trabalho: a socialização profissional. **Caderno de pesquisa**, v. 24, n. 146, p. 352-367, maio/ago. 2012.

FERREIRA, Abilio. Tebas e o Tempo. *In*: FERREIRA, Abilio (Org.). **Tebas**: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata. São Paulo: IDEA, 2018. p. 6-47.

FILME, Geraldo. **Tebas o Escravo**. São Paulo, 1974. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YrlbX_Gq4l4&t=1s. Acesso em: 18 maio 2023.

FRANCISCO, Rita de Cássia. **Construtores anônimos em Campinas (1892-1933):** fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de prevenção da cidade. 2013. 182 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GERALDINE JÚNIOR, José Roberto. Reconhecer e Recuperar. *In:* FERREIRA, Abilio (Org.). **Tebas: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata.** São Paulo: IDEA, 2018. p. 4.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed., 14. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACINO, Ramatis. Tebas e o Legado Africano na Produção da Riqueza e na Urbanização. *In:* FERREIRA, Abilio (Org.). **Tebas: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata.** São Paulo: IDEA, 2018. p. 95-121.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora Unicamp, 2019.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua Própria Terra:** representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

O Operario, Aracaju, nº 5, 08 de março de 1896.

O Operario, Aracaju, nº 6, 13 de março de 1896.

PUPPI, Suely de Oliveira Figueirêdo. Profissionais Italianos na Salvador Eclética. *In:* DAZZI, Camila; VALLE, Arthur (Orgs.). **Oitocentos** – Arte Brasileira do Império à República. Tomo 2. Rio de Janeiro: Edur-UFRRJ, 2010. p. 639-656.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação,** v. 15, n. 45, p. 434-445, set/dez. 2010.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano:** São Paulo e a pobreza (1890-1915). 4. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2017.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecoss da Modernidade**: a Arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

SERGIPE. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, 2º Vara Civil. **Autuação – Antônio Pedro de Figueiredo**. Aracaju: Arquivo Geral do Judiciário Divisão de Memória, 1953. Diversos Cível, 1948-1956. Cx. 03, nº geral 3446.

SINDICATO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Arquiteto e urbanista é homenageado pelo Google por seu legado na capital paulista [on-line]**. Mar. 2021. Disponível em: <https://sasp.arq.br/arquiteto-e-urbanista-tebas-e-homenageado-pelo-google-por-seu-legado-na-capital-paulista/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital de Solidão**: Uma história de São Paulo das origens a 1900. São Paulo: Objetiva, 2003.

Voz do Operário, Aracaju, nº 18, setembro de 1921.

Voz do Operário, Aracaju, nº 19, outubro de 1921.

Voz do Operário, Aracaju, nº 13, 24 de agosto de 1935.

XAVIER, Francisco da Silva. **Fonologia segmental e supra-segmental do quimbundo**: variedades de Luanda, Bengo, Quanza Norte e Malange. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

YOUNG, Emma. Tebas e o Chafariz da Misericórdia: Água e Vida Urbana na São Paulo do Século XIX. In: FERREIRA, Abílio (Org.). **Tebas**: Um Negro Arquiteto na São Paulo Escravocrata. São Paulo: IDEA, 2018. p. 79-94.